



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 5/2021

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no auditório Arte e Cultura Luís Teixeira, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Apreciação do parecer do auditor externo sobre a situação económica e financeira no final do 1º semestre de 2021;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2022;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2022;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal – EHATB;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa intermunicipal – EHATB e os seis municípios acionistas – Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar;**
- 7) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2022, da taxa municipal de direitos de passagem;**
- 8) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da taxa de IMI e redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria**

- e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo;
- 9) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da percentagem de IRS pretendida pelo Município de Valpaços;
 - 10) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da estratégia local de habitação do concelho de Valpaços;
 - 11) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais com vista à abertura de procedimentos concursais, designadamente a aprovação do financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, das suas competências enquanto Autoridade de Transportes;
 - 12) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da minuta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;
 - 13) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da atribuição de despesas de representação à coordenadora municipal de proteção civil;
 - 14) Ponto da situação das atividades desenvolvidas no ano de 2021, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;
 - 15) Eleição de dois representantes das freguesias do Concelho de Valpaços, para integrar a comissão municipal de gestão integrada dos fogos rurais;
 - 16) Eleição de um representante das juntas de freguesia, para integrar a comissão municipal de proteção civil.

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queiroz Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas nove horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 49 (quarenta e nove) e a ausência de 2 (dois), a saber:

Jorge Batista Alves; e
Eurico dos Anjos.

Correspondência recebida

Pedi a substituição à presente Assembleia a senhora deputada Isabel Barreira, tendo sido convocado para a sua substituição o senhor Manuel Pinheiro, que se mostrou indisponível, sendo convocado para a sua substituição a senhora Julieta Lina, que, igualmente, se mostrou indisponível, tendo sido convocado, para a sua substituição, o senhor Jorge Batista Alves.

Foi recebido um ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Valpaços a solicitar a designação de 4 elementos, desta Assembleia, a integrar a comissão permanente da CPCJ de Valpaços.

Foi recebido um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a dar nota do 25.º Congresso dos Municípios Portugueses que se realizou nos dias 11 e 12 de dezembro, em Aveiro.

Foi recebido um ofício do senhor Marco Ribeiro Castro, dizendo-se associado da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços, e denunciando a “*gestão ruínosa*” levada a cabo pela Direção da Cooperativa. Mais, considerou que o senhor Paulo Ribeiro, presidente da Cooperativa, se prepara para deixar no seu lugar o filho, senhor Nuno Ribeiro, seguindo o legado do seu pai. Denunciou, o que considera clima de intimidação nas Assembleias da Cooperativa onde as vozes discordantes são intimidadas e ameaçadas. Alertou para incompatibilidades e conflitos de interesses de alguns associados, nomeadamente o senhor Francisco Pavão, que tem apoiado um centro tecnológico agro-industrial em Mirandela, quando está em desenvolvimento um centro análogo em Valpaços. Deixou, ainda, um reparo ao salário do diretor de produção da Cooperativa.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e vinte e um, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Por não haver inscrições, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES**.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Vítor Nogaró**.

O Senhor Deputado Vítor Nogaró, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela excelente vitória eleitoral. Saudou, também, o Senhor Presidente da Assembleia pelo seu reforçado mandato. Felicitou, ainda, todos os eleitos desta Assembleia e desejou-lhes êxito na tarefa de promover e zelar pelos interesses do Concelho. Deixou uma palavra muito particular para as três senhoras presidentes de junta, eleitas pelo PSD.

Relativamente à participação escrita do senhor Marco Castro, o senhor Vítor Nogaró, defendeu que este assunto deve ser tratado dentro da própria Cooperativa que tem meios próprios de regulação. Quando algum associado sente os seus direitos violados, pode sempre recorrer aos tribunais administrativos que têm competência para intervir, e não a uma Assembleia Municipal. Mais, a título pessoal, mostrou-se solidário com o senhor Paulo Ribeiro - um amigo de infância de quem tem as melhores referências.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Paulo Ribeiro**.

O Senhor Deputado Paulo Ribeiro, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Relativamente à carta do senhor Marco Ribeiro Castro, o Senhor Deputado, diz não conhecer a pessoa que não deixou a sua morada nem o seu número de associado, considerando, assim, uma carta anónima. Continuando, referiu que as contas da Cooperativa têm sido sucessivamente aprovadas, gozando a instituição de boa saúde financeira. Mais, informou que a Cooperativa paga a azeitona a um preço superior ao preço pago pelos lagares privados. Relativamente ao funcionamento das Assembleias, lembrou que existem estatutos devidamente aprovados e que os associados têm a liberdade de intervir. Declinou a acusação de querer deixar o filho no seu cargo, até porque a Direção da Cooperativa é escolhida através de ato eleitoral. Relativamente aos centros tecnologia que são mencionados na carta, o senhor Paulo Ribeiro, negou qualquer responsabilidade ou interferência na sua criação e no seu funcionamento. Considerou que o vencimento do diretor de produção é estipulado por Lei. Mais, considera que esse senhor, sendo associado da Cooperativa, deveria identificar-se e debater os assuntos em sede própria.

Por último, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela expressiva vitória eleitoral, que só foi possível pela sua capacidade de trabalho, honestidade e dedicação à causa pública. Deixou, também, uma palavra de apreço a todos os que foram eleitos desejando um bom trabalho para os próximos quatro anos.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada Ema Gonçalo, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pela reeleição, assim como todos os eleitos desta Assembleia, desejando um bom mandato, sempre na persecução dos interesses do Concelho. Por fim, deixou o desejo de um Feliz Natal e um bom Ano Novo na expectativa de recuperarmos alguma da normalidade perdida neste último ano e meio.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curro, Senhor António Costa.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Primeiramente, o Senhor Presidente da Junta, fez um balanço muito positivo da Feira da Castanha Judia que teve lugar em Carrazedo de Montenegro, nos dias 5,6 e 7 de novembro. Questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à quebra de produção da castanha a propósito da visita, ao Concelho, do Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e da Senhora Diretora Regional da Agricultura e Pescas do Norte.

Em seguida, deu nota do andamento das obras da Zona Industrial de Carrazedo de Montenegro que seguem a bom ritmo. Informou da elevada procura para aquisição dos lotes disponíveis, considerando que o espaço vai alavancar consideravelmente a economia de Carrazedo de Montenegro e das localidades vizinhas.

Por último, felicitou o Senhor Presidente de Câmara e demais eleitos pelos resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas, desejando, a todos, um bom mandato em defesa dos interesses do Concelho.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, **Senhor António Castanheira.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Parabenizou todos os eleitos municipais, particularmente o Senhor Presidente da Câmara que pela segunda vez consecutiva conseguiu seis mandatos de sete possíveis.

Em seguida, reportou alguns relatos de moradores do Bairro da Expansão Urbana relativamente às obras quem estão em andamento naquele bairro e supostamente não contemplam todas as infraestruturas. Questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente a esse efeito.

Agradeceu ao Senhor Presidenta da Câmara a requalificação do Largo de Santa Rita em Sanfins e o arranjo de um troço de estrada em Valverde onde ocorriam acidentes rodoviários com frequência.

Por último, desejou a todos em Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Fernando Pessoa.**

O Senhor Deputado Fernando Pessoa, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Felicitou todos os eleitos do Concelho e manifestou-se orgulhoso pela forma civilizada como decorreu o ato eleitoral. Deixou uma palavra, em particular, ao Senhor Presidente da Câmara pela vitória eleitoral – *“uma das maiores do país”*. Manifestou todo o seu apoio ao Senhor Presidente da Câmara e ao Presidente da Junta da sua freguesia.

Louvou a aposta do Município no apoio ao setor primário.

Considerou de grande importância a marcação de estradas como contributo fundamental para a segurança rodoviária.

Insistiu na necessidade de melhorar o troço Sonim/Barreiros da Ecovia do Rabaçal.

Reconheceu a importância dos Lagares Cavados na Rocha.

Reclamou um acesso rodoviário entre Sonim e Fiães.

Reclamou o investimento nos territórios de baixa densidade, como forma de reter e atrair as pessoas.

Relativamente à carta enviada pelo senhor Marco Castro, o senhor Fernando Pessoa, considerou que o autor deveria dirigir-se a esta Assembleia e expor a situação pessoalmente. Mostrou-se solidário com o senhor Paulo Ribeiro.

Terminou, desejando Boas Festas a todos os presentes.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves**.

O Senhor Deputado Sebastião Vila das Neves, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, saudou a reeleição do senhor Presidente da Câmara - sinal de que a governação é do agrado dos Valpacenses. Não obstante, deixou um reparo para a necessidade premente de limpar as valetas das estradas municipais das extremidades do Concelho. Considerou que o executivo vive obcecado com os *“sete zero que pode sair muito caro ao Concelho”*.

Relativamente ao assunto da Cooperativa dos Olivicultores, o Senhor Deputado, considerou importante identificar o autor da carta. Mais, lembrou que recentemente decorreu uma sessão da Assembleia da Cooperativa que decorreu com normalidade. Considerou, ainda, que este tema não deve merecer a atenção desta Assembleia.

Lembrou, que em anterior sessão desta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, apresentou o projeto para melhoramento de um troço do acesso Valpaços/Possacos. O Senhor Deputado pede agora celeridade na execução da obra.

Terminou, desejando Boas Festas e um Feliz Ano de 2022.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, **Senhor Professor Saul Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Parabenizou todos os eleitos municipais, particularmente as três senhoras presidentes de junta.

Deixou, também, uma palavra de apreço ao trabalho do Senhor Presidente da Câmara que lhe valeu a reeleição com uma votação memorável. Elogiou a capacidade de projetar o futuro em áreas como a saúde, educação, acção social e transição digital. Numa sociedade em profunda transformação provocada pela pandemia, o Senhor Presidente da junta, considerou essencial acelerar o investimento na “*transição digital*” de forma a dotar o Concelho com os meios técnicos e materiais, nomeadamente a cobertura de rede de fibra ótica, para responder as atuais necessidades, nomeadamente com a implementação do teletrabalho.

Terminou, desejando Boas Festas e um Feliz Ano de 2022.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Manuel Machado.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Felicitou todos os eleitos municipais, particularmente o Senhor Presidente da Câmara, que fruto do seu trabalho, viu a sua reeleição garantida com uma votação histórica.

Deixou, mais uma vez, uma palavra de apreço aos profissionais da saúde pelo trabalho desenvolvido no âmbito do combate à pandemia.

Terminou, desejando Boas Festas e um Feliz Ano de 2022.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Monsanto Glória.**

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Felicitou todos os eleitos municipais, particularmente o Senhor Presidente da Câmara, que viu a sua reeleição garantida à frente de um partido que governa o Concelho há mais de 35 anos. Essa vitória deve-se à sua inteligência e capacidade de trabalho. No entanto, outros factores, mais ou menos “*encapotados*”, têm contribuído para manter o PSD no poder, nomeadamente, a “*subsidiopendência*” e da oferta de empregos na Câmara Municipal. Lembrou, também as promessas de obras não cumpridas.

Após uma autocrítica, o Senhor Deputado, entende que o seu partido não tem estado isento de responsabilidades nessas vitórias consecutivas do PSD. Aponta como principal obstáculo a dificuldade em passar a mensagem junto do eleitorado.

Prosseguiu, garantindo que o seu partido procurará sempre o bem-estar dos valpacenses e o desenvolvimento do Concelho, aprovando as propostas, se servirem os interesses do Concelho e criticando ferozmente aquelas que não sirvam os interesses da população. Deixou o desejo de um igual tratamento a todos os cidadãos do concelho, independentemente da sua cor partidária.

Por último, declarou que se deva prestar “*glória aos vencedores e honra aos vencidos*” - é, portanto, necessário, saber vencer com humildade e respeitar os vencidos.

Antes de conceder a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos senhores deputados, o **Senhor Presidente da Assembleia** decretou um minuto de silêncio em memória do pai do Senhor Presidente da Junta de Sonim e Barreiros.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Deu as boas vindas aos novos elementos desta Assembleia, particularmente às três senhoras presidente de junta, e desejou a todos um bom mandato em defesa dos superiores interesses do Concelho.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor Deputado, prometendo continuar a trabalhar em defesa do Concelho, com afinco e dedicação.

Considerou a carta do senhor Marco Castro uma denúncia anónima, visto ninguém conhecer a pessoa. Mais, considera que este tipo de denúncias servem apenas de devassa, não devendo, no futuro, serem consideradas neste Plenário, sem prejuízo de alguém poder fazer uso da palavra em sessão pública neste órgão.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Paulo Ribeiro.

O Senhor Presidente da Câmara, recordou as suas origens humildes e o seu percurso pessoal e político que foi conquistado a pulso, fruto de muito trabalho e dedicação.

Relativamente ao assunto da Cooperativa dos Olivicultores, instou o senhor Paulo Ribeiro a continuar o seu trabalho em prol dos olivicultores do Concelho.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara desejou as rápidas melhoras ao pai da Senhora Deputada.

Agradeceu as palavras de felicitação pela vitória nas eleições autárquicas.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António Costa.

O Senhor Presidente da Câmara, congratulou-se com a realização da Feira da Castanha Judia, em Carrazedo de Montenegro, num tempo em que as pessoas anseiam por sair e confraternizar. Destacou o empenho da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro, da Câmara Municipal e seus colaboradores na organização do certame que vai já na XXIV edição. Deu nota do sucesso da Feira, quer ao nível das vendas quer ao nível da visibilidade que a transmissão televisiva lhe conferiu.

O Senhor Presidente da Câmara, confirmou a presença no Concelho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Senhora Diretora Regional da Agricultura e Pescas do Norte que entre outros assuntos abordaram a quebra de produção da castanha, prometendo a abertura de avisos de forma a minimizar o impacto da quebra da produção. Até ao momento, não existem novas informações relativamente a esse assunto.

Relativamente á zona industrial de Carrzedo de Montenegro, o Senhor Presidente da Câmara, informou que a alienação dos lotes obedece a critério rigorosos que constam de um regulamento que se encontra aprovado, de forma a evitar especulação imobiliária e garantir que os lotes de destinam efetivamente ao desenvolvimento de atividades económicas.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, Senhor António Castanheira.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações pela vitória eleitoral e retribuiu o elogio pela vitória expressiva do Senhor Presidente da Junta.

Relativamente às obras no Bairro da Expansão Urbana, o Senhor Presidente da Câmara, confirmou que existe, de facto, um diferendo entre a empresa fornecedora do gás e o empreiteiro, mostrando-se confiante que brevemente chegarão a acordo. Se assim não for, garantiu que a Câmara Municipal resolverá o problema.

A requalificação do Largo de Santa Rita, impunha-se de forma a dignificar o centro da aldeia de Sanfins, oferecendo aos seus habitantes um espaço aprazível.

Sem extravagâncias, a Câmara Municipal, procurou oferecer uma iluminação de Natal e o seu presépio de forma da celebrar esta importante quadra com a devida dignidade.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações pela vitória eleitoral.

Não obstante algumas divergências, o Senhor Presidenta da Câmara, considerou o senhor Fernando Pessoa um amigo. Acredita que tudo fará para o desenvolvimento da sua freguesia e para o bem-estar da sua população.

O Senhor Presidente da Câmara, sustentou que a aposta no setor primário é de elementar bom senso: *“devemos apostar naquilo que somos bons”*. Considerou, no entanto, que a sua grande obra é o hospital, edificado apenas pela Câmara Municipal de Valpaços e pela Santa Casa da Misericórdia de Valpaços. Uma unidade de referência na região que tem contribuído enormemente para a saúde e bem-estar dos valpacenses.

Lembrou, ainda, o forte investimento na educação, identificando o fornecimento de material informático e as obras requalificação. Recordou o constante investimento no setor do turismo, invocando, entre outros, a Ecovia do Rabaçal, a Via Ferrata, os melhoramentos nas praias fluviais e os Caminhos de Santiago. Evocou o investimento na cultura, sendo o seu expoente máximo o Centro Arte e Cultura Luís Teixeira, cujos eventos são gratuitos.

Relativamente à limpeza de alguns troços da ecovia, o Senhor Presidente da Câmara, informou que recentemente foi submetida a auditoria, por entidades externas, com resultados favoráveis.

Confirmou o forte investimento na sinalização de estradas.

Anunciou, brevemente, a criação da rota dos lagares cavados na rocha.

Relativamente à ligação Sonim/Fiães, o Senhor Presidente da Câmara, lembrou que existem, neste momento, outra prioridade, nomeadamente a ligação Valizelos a Cabanas, que ainda não foi intervencionada porque se espera pela concretização do projeto do reservatório de Maceiras (barragem).

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações pela vitória eleitoral, sem deixar de reparar que o Senhor Deputado “*dá uma no cravo e outra na ferradura*”, quando acusa o executivo de viver obcecado com a eleição de sete vereadores com prejuízo para o Concelho. O Senhor Presidente da Câmara perguntou quais foram as loucuras que se cometeram. Mais, considerou que não houve promessas irrealistas nem projetos inúteis ou megalómanos. Houve sim, muito trabalho, dedicação e honestidade em benefício do Concelho e da sua gente. A chamada doença dos “*sete zero*”, como lhe chama o Senhor Deputado, está profundamente enraizada no Partido Socialista que teve no Concelho o pior resultado de sempre. Mais, mostrou-se surpreendido quando percebeu que o Senhor Sebastião era merecedor de um lugar na lista à Assembleia Municipal, quando na anterior sessão criticou publicamente à ação política do partido que representa. Aconselhou o Senhor Deputado a fazer autocrítica e perceber em que medida perderam 1.800 votos, desde 2013. Relativamente à limpeza das valetas considerou que o Senhor deputado não está a ser sério. Lembrou que no verão passado foi adjudicado a uma entidade externa a limpeza de todas as valetas das Estradas Municipais. Foram, ainda, limpas as bermas da estrada de Sá a Lebução e de Valpaços a Zebras pela equipa de Sapadores Municipais.

Relativamente à rotunda do acesso Valpaços/Possacos, lembrou que está prevista no orçamento, aconselhando o Senhor Deputado a ler e analisar o documento.

Mais, lembrou que nunca discriminou a freguesia dos Possacos nem nenhuma outra, sempre procurou atender a todos da mesma forma.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, Senhor Professor Saul Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as felicitações pela vitória eleitoral e retribuiu o elogio pela vitória na sua freguesia.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Manuel Machado.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu considerações do Senhor Deputado e lembrou que irá trabalhar com o mesmo afincado na persecução dos interesses do Concelho.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu considerações do Senhor Deputado. No entanto, repudiou as acusações de promover a “*subsidiopendência*” e de gestão “*encapotada*”. Continuando, esclareceu que não entende o PS que tanto apregoa as políticas sociais e vem agora acusar o executivo de promover a “*subsidiopendência*”. Mais, todos os apoios concedidos pela autarquia, obedecem a critérios previstos num regulamento que foi aprovado, também, pelo Partido Socialista. Ninguém pode negar que existem, no Concelho, situações de verdadeira emergência social.

Relativamente às ditas situações “*encapotadas*”, o Senhor Presidente, lembrou que todas as despesas e investimentos são públicos, não existe nada escondido.

O Senhor Presidente da Câmara, entende que a obra não cumprida que se refere o Senhor Deputado, deve ser a obra das piscinas de Carrazedo de Montenegro. Se assim for, esclareceu que a dita obra foi recusada em assembleia de freguesia, que preferiu canalizar a verba para outra obra. Relativamente à questão dos empregos, o Senhor Presidente, afirmou que emprega porque as necessidades da Câmara Municipal assim o exigem. Lembrou as manobras do Partido Socialista, nos últimos tempos, com oferta de empregos e cargos, nomeadamente, nas áreas da educação e segurança social. Mais, considerou que o PSD ganhou porque o seu trabalho foi reconhecido pelos eleitores, aconselhando o PS a trabalhar e fazer autocrítica.

Continuando, afirmou que se não governasse para o povo não teria os resultados que estão à vista. Por fim, considerou que não recebe lições de humildade de ninguém, basta consultar os Valpacenses.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Por motivos familiares, a Senhora Deputada, Dra. Ema Gonçalo, terá que se ausentar, antes do término da sessão. Como manifestou vontade em intervir aquando da discussão do ponto III da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente e os Senhores

Deputados, mostraram abertura em alterar a ordem de trabalhos em conveniência da Senhora Deputada.

3 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2022.

A proposta do Orçamento da Câmara Municipal de Valpaços apresentada para o período de 2022, como certamente tiveram oportunidade de analisar, tem como pressuposto o rigor, a transparência e obedece aos preceitos legais, aspetos que constituem os princípios fundamentais e basilares da política orçamental do Município.

Deste modo, a Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia Municipal a proposta de orçamento para o ano 2022, refletida nos seguintes mapas:

- Proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental;
- Relatório da proposta de orçamento;
- Resumo do orçamento;
- Orçamento da Receita por classificação económica;
- Orçamento da Despesa por classificação orgânica e económica;
- Orçamento da Receita e da Despesa;
- Plano Plurianual de Investimentos;
- Plano de Atividades Municipais;
- Mapa dos Empréstimos previsional;
- Balanço Previsional;
- Demonstração Previsional de Resultados por Natureza;
- Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa;
- Mapa dos Investimentos Financeiros;
- Mapa dos Passivos e Ativos Contingentes; e
- Normas de execução do Orçamento.

Em termos globais, o orçamento apresenta um crescimento de 3,38% face ao montante previsional do ano 2021, que decorre de um incremento considerável na rubrica «Transferências de Capital» fruto das candidaturas a fundos comunitários que se encontram aprovadas.

A previsão das receitas e das despesas para o ano de 2022 ascende a 19.723.385 euros. A receita corrente estimada é de 15.588.517 euros, acomodando a despesa corrente que se cifra no montante de 14.071.031 euros. Em relação à receita de capital, o montante previsto é de 4.134.868 euros, para um total de despesas de capital de 5.652.354 euros. Como se verifica a receita de capital não

cobre a totalidade do investimento previsto, pelo que grande parte do excedente do saldo corrente estimado, que resulta da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente no montante de 1.517 486 euros, que será canalizado para a aquisição de bens de investimento, concretamente na execução do Plano de Investimentos.

A previsão das receitas e das despesas está devidamente elucidada e detalhada no relatório do orçamento, onde se dá explicação detalhada de cada rubrica orçamental, cumprindo com as disposições legais estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e com as regras previsionais previstas no POCAL na parte que ainda se encontra em vigor.

Realça-se o peso das transferências correntes provenientes da Administração Central – Estado, com um peso de 54,76 % na receita total, seguido das Transferências de Capital provenientes do Estado (FEF de capital) e da União Europeia (Fundos Comunitários). No seu aglomerado, as transferências (Correntes e de Capital) representam cerca de 75% das receitas que o Município prevê arrecadar em 2022.

Estima-se que as receitas de capital rondem os 4.134.868 euros (Em 2021 a estimativa foi de 4.108.625 euros) a as despesas de capital os 5.652.354 euros (6.177.234 euros em 2021), o que implica com que cerca de 27% do saldo corrente servirá para financiar investimentos, sem necessitar de recorrer a financiamentos externos.

Está previsto um aumento residual ao nível dos impostos diretos que ronda os 4,47%, derivado sobretudo da receita fiscal proveniente do IMI. O município mantém nos últimos dez anos as mesmas taxas de IMI (taxas mínimas), procedendo ainda à redução da taxa para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar, o que equivale a uma dedução de 20 euros às famílias que tenham 1 dependente a seu cargo, 40 euros para quem tenha 2 dependentes e uma redução de 70 euros para quem tenha 3 ou mais dependentes a seu cargo.

Observando os orçamentos de 2022 e 2021, constata-se que a despesa corrente no montante de 14.071.031 euros sobe face a 2021 em cerca de 1 milhão de euros, em contrapartida verifica-se uma quebra nas despesas de capital (investimentos e transferências de capital) em 524.880 euros face aos montantes previstos para o ano de 2021, cuja expectativa, com a introdução do saldo da gerência de 2021 que se espera que ronde os 4 milhões de euros, possam vir a ser reforçados, concretizando os projetos de investimento previstos com uma dotação residual e mesmo antecipando investimentos projetados para anos vindouros. Comparando com o ano 2021, verifica-se que essa variação se deve sobretudo, ao aumento das despesas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços e com as transferências correntes.

As despesas estimadas com o pessoal cifram-se em 6.873.438 euros e representam 34,85% do total das despesas previstas para a gerência de 2022, verifica-se um aumento de 601.357 euros.

Aqui há que destacar o facto do orçamento contemplar, relativamente aos contratos em regime de tarefa e avença, uma atualização aos valores atualmente praticados. Está igualmente previsto um acréscimo do salário mínimo nacional e a atualização dos vencimentos prevista para a função pública. Referir ainda, e no âmbito desta matéria das despesas com o pessoal, e caso a descentralização de competências se venha a concretizar nos moldes previstos, serão necessários ajustamentos para acomodar a admissão desses novos compromissos, quer ao nível da receita como da despesa.

Na aquisição de bens e serviços, o montante estimado é de 5.041.266 euros (Em 2021 era de 4.768.530 euros), um aumento em relação ao ano anterior de 272.736 euros. São aqui contabilizadas, revestindo a forma de despesas correntes, os gastos a incorrer com o tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, aquisição de água potável e suas análises laboratoriais, iluminação pública, combustíveis, transportes escolares, a alimentação para as escolas, aquisição de materiais de construção civil, entre outros...

A semelhança dos anos transatos, está previsto no orçamento para 2022, no tocante às transferências, de natureza corrente e de capital, o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista ao financiamento de despesas de investimento, à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa. Aqui estão igualmente incluídas as juntas de freguesia, a comunidade intermunicipal do Alto Tâmega e as instituições sem fins lucrativos, para as quais se prevê transferir o montante de 1.823.985 euros (1.310.275 euros em 2021). Um aumento de cerca de 39% relativamente ao ano de 2021, fruto de um incremento considerável na rubrica «Instituições sem fins lucrativos». Para além destas tem o Município a incumbência de participar e apoiar famílias económica e socialmente desfavorecidas, através das bolsas de estudo, dos livros escolares, dos estágios profissionais, do arrendamento apoiado, dos programas ocupacionais aos quais damos trabalho a pessoas que usufruem do rendimento mínimo ou do subsídio de desemprego e aos demais apoios sociais. Aqui prevemos sob a forma de despesa corrente e capital um gasto de 589.037 euros (655.000 euros em 2021).

É no capítulo das despesas com o pessoal e na aquisição de bens e serviços que o município consome uma grande fatia do seu orçamento, representando cerca de 48,85% do total da despesa corrente e 34,85% do valor global orçado.

Estimamos que com a aprovação do saldo da gerência do ano 2021, seja o orçamento e o PPI incrementado de forma considerável (previsivelmente em montante superior a 4 milhões de euros),

desta forma a despesa estimada para a aquisição de bens de capital rondará os 8.729.728 euros no decurso da execução orçamental. Como certamente puderam constatar pela análise ao PPI, existe um conjunto de projetos sem dotação definida, bem como projetos com dotação prevista para 2023 (os quais prevemos antecipar), cujo reforço será realizado com a introdução do saldo da gerência e pela consignação das verbas provenientes de fundos comunitários já aprovados. Ao nível do PPI, existem alguns projetos adjudicados que irão transitar para 2022, fruto do cronograma financeiro das obras. No PPI estão previstos investimentos no valor de 4.729.728 euros (5.331.503 euros em 2021) repartidos por vários projetos, subdivididos por 4 funções, que sintetizo da seguinte forma:

Funções Gerais, com o montante previsto de 159.747 euros;

Funções Sociais, como montante previsto de 3.352.781 euros;

Funções económicas, com o montante previsto de 1.216.700 euros e

Outras Funções, com o montante de previsto de 500 euros.

Como podem verificar, é nas funções sociais que o município canalizará mais recursos do seu orçamento, atendendo aos meios disponíveis de imediato, mas com a revisão orçamental a efetuar no próximo mês de fevereiro, permitirá a introdução do saldo da gerência do ano 2021 no orçamento de 2022, esperando assim poder contemplar, dentro do possível, todas as freguesias do nosso concelho para que possam satisfazer as necessidades mais urgentes das suas populações.

Para o ano 2022 foi igualmente desenvolvido o Plano de Atividades Municipal (PAM) que serve como documento indispensável na gestão anual das atividades do município, contabilizando-se os objetivos estratégicos a atingir, a seleção das atividades mais relevantes a desenvolver e os recursos disponíveis para as levar a cabo. Tal como o PPI, o PAM importa no valor de 3.373.575 euros, igualmente subdividido em:

- Funções Gerais, no valor de 187.540 euros;
- Funções Sociais no valor de 3.044.035 euros;
- Funções Económicas no valor de 142.000 euros.

Saliento o facto de o município dar integral cumprimento ao equilíbrio corrente consagrado na lei das finanças locais, como se demonstra nas páginas 15 e 16 do relatório da proposta do orçamento. Considero que as previsões do Orçamento do Município de Valpaços para 2022 são prudentes e cautelosas, por tal, ponderadas as necessidades e a sua quantificação em termos monetários e definindo-se as orientações a seguir, obteve-se um orçamento tão rigoroso quanto possível nas suas previsões. Trata-se assim de um orçamento equilibrado, onde os recursos disponíveis pelo município foram cuidadosamente distribuídos para fazer face às necessidades da população.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada, começou por pedir desculpa pela sua ausência logo após a sua intervenção. Sem nenhuma intenção provocatória, a Senhor Deputada, mostrou desagrado quando o Senhor Presidente da Câmara afirmou que não descansaria enquanto não esmagasse o PS, no Concelho de Valpaços. Ora, todos sabem que as populações só têm a ganha com uma oposição forte e uma alternância de poder.

Continuando, afirmou que a Câmara Municipal não faz mais que a sua obrigação quando envia a proposta de orçamento aos partidos da oposição, para estes, querendo, apresentar qualquer consideração. Afirmou, ainda, que o seu partido tem intenção, neste mandato, de fazer chegar ao executivo várias propostas.

Relativamente ao documento em apreço, referiu que provavelmente as suas opções seriam outras, sem, no entanto, manifestar a sua oposição relativamente às obras previstas.

Considerou que não se pode sustentar o desenvolvimento do Concelho no emprego na Câmara Municipal e na Santa Casa da Misericórdia de Valpaços - os dois maiores empregadores do Concelho. A Câmara necessita contratar técnicos que tragam valor acrescentado, “*alguns não fazem nada*”. É necessário que se criem condições para esses jovens desenvolver o seu próprio negócio através de, nomeadamente, start-ups e incubadoras de empresas.

Concordando com a criação do Fundo Municipal de Emergência de Apoio às Microempresas, a Senhor Deputada, mostrou grande perplexidade quando vê funcionários de empresas abrangidas pela medida, despedirem-se e ingressarem na Câmara Municipal. Considerou, não ser honesto politicamente.

Posteriormente, e enquanto a Senhora Deputada, **Dra. Ema Gonçalo** ainda se encontra presente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

Relativamente ao assunto em debate, o Senhor Presidente da Câmara, considerou que a Senhora Deputada, pouco ou nada disse, como vem sendo hábito por parte do PS, não apresentando propostas concretas, não apresentando soluções nem ideias para o desenvolvimento do Concelho. Esclareceu, que nunca quis dizer que pretendia “*esmagar o PS*”, mas sim, deixar claro que mesmo sendo o seu último mandato, tudo fará para que o PSD mantenha ou reforce a sua votação no Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara, recordou que o PS criticava o anterior Presidente da Câmara pela chamada “*política do betão*” e reclamava mais recursos para áreas como o turismo, cultura e educação. Ora, este executivo tem feito um investimento sem precedentes nessas e noutras áreas, e mesmo assim o PS vota contra os orçamentos e planos de actividade. Mais, quando o Partido Socialista se abstém de apresentar propostas no âmbito da elaboração dos referidos documentos, ou concorda com o seu teor ou nem lhe atribui importância.

O Senhor Presidente da Câmara, lembrou que não sabe trabalhar para a eleição. Trabalha apenas, afincadamente, para o bem-estar da população e o desenvolvimento do Concelho – os resultados vêm por acréscimo.

Relativamente à empregabilidade dos jovens e ao apoio á criação do próprio emprego, lembrou que existem um conjunto de medidas para permitir esse desiderato.

Mais, considerou legítimo que qualquer funcionário qualificado e mal pago por uma qualquer empresa, ambicione trabalhar na Câmara Municipal com melhores salários e uma completa realização profissional. Ora, “*se a Câmara precisa, porque não*”? Pior é o que está a acontecer com o PS no âmbito de um concurso público para emprego na Segurança Social que está em tribunal por suspeitas de irregularidades. Lembrou, ainda, que a Senhor Deputada enquanto Diretora Adjunta Regional de Educação do Norte, “*promovia empregos à la carte*”, segundo se comentava em Valpaços

O Senhor Presidente da Câmara, considerou que as empresas locais estão a fazer um trabalho exemplar num contexto de grande adversidade, nomeadamente com a desertificação da interior potenciada pelo desinvestimento dos governos do Partido Socialista.

Relativamente às cadeias de valor, como a implementação de Start-ups e incubadoras de empresas, o Senhor Presidente da Câmara, afirmou que o Concelho de Valpaços é aquele que tem mais projetos aprovados, no Alto Tâmega, relativamente ao programa start-up voucher. Informou, ainda, que espera há 5 anos pela aprovação de uma incubadora de empresas em Valpaços, por parte das Infraestruturas de Portugal. Lembrou que não recebe lições do PS em termos de dinamismo económico para o Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia concebeu a palavra à deputada municipal, **Senhora Dra. Ema Gonçalo**, para um pondo de ordem.

Em primeiro, quis deixar um reparo a alguns deputados municipais que se riem e esbracejam sempre que Senhor Presidente da Câmara é mais acutilante com algum membro do Partido Socialista. Lembrou que estamos perante um órgão sério e digno merecedor de respeito.

Em seguida, esclareceu que quando desempenhou o cargo de Diretora Adjunta Regional de Educação do Norte, quem contratava era o Ministério da Educação. Mais, afirmou, que ajudou muitas pessoas sem “*nunca pedir o cartão a ninguém*”.

Lembrou que, segundo o Senhor Presidente da Câmara, os candidatos do PS são “*os piores do mundo*”, quando passam para o lado do PSD, “*já são os melhores do mundo*”.

Relativamente ao processo de contratação que estará em tribunal, a Senhora Deputada, afirmou que não sabe do andamento do processo. “Se está em tribunal, o tribunal decidirá”. Mais, esclareceu que não está, nem nunca esteve, ligada como dirigente, ao Instituto de Segurança Social. Está sim como dirigente Regional de um Instituto Público tutelado pelo mesmo Ministério (Ministério do Trabalho, solidariedade e Segurança Social) mas que se chama Instituto de Emprego e Formação Profissional. São de facto os dois Institutos de Administração indireta do Estado tutelados pelo Ministério do Trabalho.

O Senhor Presidente da Assembleia concebeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, para um pondo de ordem.

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que tem na Câmara municipal funcionários com ligações ao PS. Aqui fica a prova que na Câmara Municipal todos têm lugar.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por referir que o documento está bem elaborado do ponto de vista técnico e responde a todos os preceitos legais. A receita advém de três rubricas principais, a saber: transferências o orçamento de estado; impostos; e venda de bens e serviços. Já, do lado da despesa as três grandes rubricas a considerar são: despesa com o pessoal onde já estão incluídos os aumentos salarias; aquisição de bens e serviços; e, por último, as despesas de investimento.

Salientou a aposta reiterada na valorização do património natural como alavanca para o desenvolvimento turístico da região.

Congratulou-se com a construção da Zona Industrial de Carrazedo de Montenegro, fazendo votos para que não se cometam os mesmos erros ocorridos na Zona Industrial de Valpaços.

Destacou a aposta na reestruturação e melhoramento do parque escolar, investimentos em arruamento e reforços da rede de abastecimento de água.

Considerou, o Senhor Deputado, que este orçamento só pode merecer a aprovação da bancada do PSD.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Deputado elogiou as apostas do executivo municipal e anunciou que votará favoravelmente o documento.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

Resposta do Senhor Presidente da Câmara à intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Presidente da Câmara mostrou-se grato pela avaliação exaustiva ao documento, feita pelo Senhor Vítor Nogaró – uma pessoa conhecedora destas matérias – sempre disposto a trabalhar em convergência com a Câmara Municipal.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DOIS VOTOS CONTRA.**

14 – Ponto da situação das atividades desenvolvida, no ano 2021, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Por motivos de agenda, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, ao **Senhor Primeiro Secretário da CIM-AT, Professor Doutor Ramiro Gonçalves**, que sucintamente, fez um balanço sobre as actividades das desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal, no âmbito das suas competências.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para uma intervenção, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida.**

O Senhor Presidente da Câmara, deixou uma palavra de apreço ao Senhor Primeiro Secretário da CIM-AT – um defensor da região que em boa hora aceitou o desafio de liderar a comunidade intermunicipal.

Lembrou que pertencemos à “NUT”, que menos dinheiro recebeu, pondo em evidência, mais uma vez, a discriminação da região em detrimento dos grandes centros.

Elogiou o trabalho feito pela CIM-AT, no âmbito do projeto “AquaValor”. Destacou a criação do Centro Tecnológico em Valpaços, bem como, o trabalho desenvolvido pelo posto de turismo. Por último, e mais uma vez, agradeceu o excelente trabalho realizado pelo Senhor Primeiro Secretário da CIM-AT, na defesa dos interesses da região.

1 - Informação do Presidente da Câmara.

Considerando que a alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro estabelece que a Assembleia Municipal aprecia em cada uma das suas sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da Câmara Municipal acerca da situação financeira do município; Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro refere que a informação do presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores, às reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.

Levo ao conhecimento desta Assembleia uma síntese da situação financeira do município de Valpaços, reportada a 30 de novembro de 2021.

1 – Disponibilidades

O saldo das disponibilidades em 30 de novembro de 2021 era de 7.477.153,91 euros, dos quais 6.632,50 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 7.470.521,41 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 942.373,74 euros, dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos e obras públicas, sujeitas à restituição findo o período de garantia.

2 – Responsabilidades perante terceiros

No final do mês de novembro a dívida a fornecedores era de 109.972,18 euros, dos quais 108.235,37 euros a fornecedores de conta corrente e 1.736,81 euros a fornecedores de investimento.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 2.655.710,95 euros, a título de empréstimos de M/L prazo, o que já inclui o empréstimo no âmbito do PAEL, cujo capital em dívida à data era de 956.755,96 euros.

O prazo médio de pagamento no final do 3º trimestre de 2021 era de 5 dias.

3 – Execução orçamental da receita e da despesa

Ao nível da execução orçamental da receita e da despesa, o orçamento inicial do município para o ano 2021, prevê um total de receitas e despesas de cerca de 19 milhões de euros, tendo sido incrementado com a introdução do saldo da gerência de 2020 e das receitas legalmente

consignadas provenientes de fundos comunitários, passando as dotações corrigidas para cerca de 25,7 milhões de euros.

Em novembro, a receita cobrada bruta fixou-se nos 24.262.883,44 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 90,1%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 15.225.764,05 euros (taxa de execução de 90,1%) e a receita de capital em 5.042.129,53 euros (taxa de execução de 83,7%).

Ao nível das despesas, foram pagos 11.245.481,70 euros (taxa de execução de 73,72%) de despesas correntes e 5.435.129,03 euros (taxa de execução de 51,98%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 16.680.610,73 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 64,88%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de novembro para a gerência de 2021, importam em 22.836.346,40 euros, dos quais foram pagos 16.680.610,73 euros, estando assim por pagar 6.155.735,67 euros.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos em novembro importam em 7.663.674,45 euros, tendo sido pagos a importância de 4.078.631,77 euros, estando assim por pagar 3.585.042,68 euros.

O saldo para novos cabimentos, era no final de novembro de 1.034.615,33 euros, estando assim o PPI cabimentado em 88% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de novembro era de 46,26 %.

4 – Processos judiciais em curso

Ao nível dos processos judiciais que contra o município incorrem, há dois processos onde ainda não foi proferida decisão, são eles:

ANO	PROCESSO	VALOR EM DISCUSSÃO	DECISÃO JUDICIAL	OBS
2014	309/14.6BEMDL	275.000,00	Não	Manuel Carlos Bruno - Acidente no âmbito do evento «VIII passeio de cicloturismo rota do folar» realizado em 28/03/2010
2018	178/18.7BEMDL-B	0,00	Não	Antiga escola do Pereiro - Direito de propriedade

ESTIMATIVA DO GASTO	275.000,00
---------------------	------------

Queria aqui também informar, sobretudo para aqueles que se apresentam pela primeira vez, acerca dos processos das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na qual são exigidos consumos mínimos ao município de Valpaços no âmbito do contrato de concessão outorgado.

As Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (ATMAD) têm anualmente faturado os consumos mínimos ao município de Valpaços.

ATMAD - Fatura de mínimos - Água

Nº FATURA	DATA	VALOR
2300000066	29-02-2012	329.989,19
2300000050	31-01-2013	124.939,80
2300000051	31-01-2013	619.613,07
2300000067	31-01-2014	831.388,01
2300000043	01-04-2015	989.910,69
TOTAL		2.895.840,76

O município desde a primeira hora que contestou os consumos mínimos que lhe eram debitados, devolvendo as respetivas faturas por não serem da sua concordância.

Atualmente existem dois processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, para apurar a legalidade da imposição de consumos mínimos por parte das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Os valores mínimos aqui relatados, por se discordar da sua aplicação, não estão reconhecidos como dívida nas demonstrações financeiras da autarquia, evidenciando-se, porém, no anexo às demonstrações financeiras, como um passivo contingente.

Acresce referir que, também o município de Valpaços tem uma ação a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela contra a ATMAD, respeitante às taxas devidas pela passagem de condutas no solo e subsolo do domínio público municipal. Processo esse, no qual o

município pretende ser ressarcido em 557.315,92 euros. Anote-se que o município nunca recebeu qualquer compensação pela utilização do seu território, nem dos bens patrimoniais ocupados e usados pela ATMAD, tendo ganho em 1ª instância o processo à ATMAD, tendo esta recorrido para o tribunal superior.

Dar ainda nota que no âmbito de um procedimento contratual para a execução de uma empreitada – «Remodelação do pavilhão da escola professor Ribeirinha Machado (Remoção do Amianto)», adjudicada ao cocontratante «NorteJuvil – Sociedade de Construções, Lda.» por 200.252,51 euros, veio o concorrente classificado em segundo lugar, a empresa «Empribuild, Lda.», mover uma ação judicial contra a autarquia, por não se acomodar com a ordenação que lhe foi atribuída.

Desse litígio resultou ganhador o Município de Valpaços.

5 – Apoios às juntas de freguesia

Até ao final do mês de novembro, a câmara municipal deliberou apoios monetários no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante global de 684.757,29 euros.

6 – Obras em execução

Trazemos em execução empreitadas adjudicadas no montante de 6.527.302,90 euros.

No final do mês de novembro estavam realizados trabalhos no montante de 1.270.408,02 euros, estando assim por concretizar 5.256.894,88 euros.

NOME DA OBRA	VALOR ADJUDICADO	FIRMA ADJUDICATÁRIA	TRABALHO EXECUTADO	TRABALHO A EXECUTAR
CENTRO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VALPAÇOS	299 946,00	Engivalmendes	102 271,06	197 674,94
RIBEIRA DA FRAGA (VALORIZAÇÃO DA RIBEIRA DA FRAGA)	47 444,29	Carmo-Estruturas em Madeira, S.A.	9 729,67	37 714,62
ARRUAMENTOS EM ERVÕES	66 927,87	Conceição Cardoso & Filhos - Construção Civil e Obras Públicos, Lda.	22 995,11	43 932,76
REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA FLUVIAL DE MIRADESES/RIO TORTO (PRAIA FLUVIAL DE RIO TORTO)	443 363,55	Tâmega Trans , Lda	1 781,07	441 582,48
ARRUAMENTOS EM TINHELA	53 788,64	Conceição Cardoso & Filhos	4 309,96	49 478,68
ARRANJO DO TANQUE E ZONA ENVOLVENTE NO CRASTO - FASE II	31 483,06	Gaspar Rodrigues, Lda.	18 660,24	12 822,82
ARRUAMENTOS EM SEIXEDO	22 461,40	Conceição Cardoso & Filhos	0,00	22 461,40
CONSTRUÇÃO DE DEPÓSITO DE ÁGUA E REDES DE CONDUTA EM CHAMOINHA	89 600,00	Empresa de Transportes, Tâmega Trans, Lda.	17 753,10	71 846,90
REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO PRADO EM ÁGUA REVÉS - FASE 3	34 974,17	Engivalmendes	14 401,16	20 573,01
CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA EM SANTA MARIA DE ÉMERES	93 426,92	NCX	32 337,42	61 089,50
REABILITAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA DE ESTURÃOS	71 259,53	Engivalmendes	61 753,69	9 505,84
CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO DE TINHELA	91 106,47	Costa da Cunha Construções Unipessoal Lda	49 593,71	41 512,76
REMODELAÇÃO DO SISTEMA AVAC NA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VALPAÇOS	93 554,13	PINTO & CRUZ - Instalações e Manutenção, S.A.	61 437,23	32 116,90
ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DAS FESTAS EM ARGERIZ	150 888,35	André Rodrigues Ribeiro-Construções, Lda.	75 793,47	75 094,88
RECONVERSÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE POSSACOS EM ALOJAMENTO LOCAL - FASE I	127 034,64	António & João Teixeira, Lda.	35 919,16	91 115,48
ZONA INDUSTRIAL DE CARRAZEDO DE MONTENEGRO	967 888,06	Custódio Pereira Areias Tender, S.A.	113 421,04	854 467,02
CONSTRUÇÃO DE PERCURSO CICLÁVEL E PEDONAL NA CIDADE DE VALPAÇOS - COLMATAÇÃO	530 117,43	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	465 067,81	65 049,62
PARQUE DE RECREIO E LAZER EM SANTA VALHA	153 666,08	Soterra	25 146,80	128 519,28
ARRANJO URBANÍSTICO EM RIO TORTO	66 402,11	Asterisco Versátil, Lda	37 056,58	29 345,53
CONSTRUÇÃO DE PERCURSO CICLÁVEL E PEDONAL NA CIDADE DE VALPAÇOS-COLMATAÇÃO-FASE II	764 272,72	ASG - Construções e Granitos, Lda	22 601,10	741 671,62
ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO EM CANAVESES	39 792,40	NCX	11 335,11	28 457,29
CONSTRUÇÃO PERCURSO CICLÁVEL E PEDONAL EM CARRAZEDO DE MONTENEGRO	1 355 740,00	Anteros Empreitadas	11 259,32	1 344 480,68
VALORIZAÇÃO DO TROÇO DO CAMINHO ESTE DE SANTIAGO EM PORTUGAL, ENTRE MIRANDELA E VALPAÇOS	57 040,88	Desafios G-Consultoria e Natureza, Unipessoal, Lda	0,00	57 040,88
OBRAS DE SANEAMENTO NO CONCELHO - LIGAÇÃO DO EFLUENTE RESÍDUAL DE ARGEMIL E RIBAS A ARGERIZ	61 764,59	Escavações e Terraplanagens do Barroso, Lda	50 866,58	10 898,01
REMODELAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 JOSÉ DOS ANJOS DE CARRAZEDO DE MONTENEGRO - 3ª FASE	273 444,66	SUNEVER - Engenharia, Lda	0,00	273 444,66
REMODELAÇÃO DO PAVILHÃO DA ESCOLA RIBEIRINHA MACHADO (REMODELAÇÃO DAS CAIXILHARIAS)	139 251,22	MWT - Metal Working Technologies, Lda	0,00	139 251,22
ARRANJO URBANÍSTICO EM FERRUGENDE	94 869,31	Baltazar & Filhos, Lda	12 198,69	82 670,62
RIBEIRA DA LAVANDEIRA	89 615,05	Custódio Pereira Areias Tender, S.A.	0,00	89 615,05
ARRUAMENTOS EM FORNOS	15 735,70	Gaspar Rodrigues, Construção Civil e Obras Públicas	0,00	15 735,70
REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VALPAÇOS	36 657,98	Domo Fun Grass Portugal, Lda	0,00	36 657,98
ARRANJO ENVOLVENTE À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE FORNOS	34 549,64	Carmino Carneiro Capelas, Unip., Lda.	12 718,94	21 830,70
ARRANJO DA ENTRADA DO CEMITÉRIO EM VEIGA DE LILA	63 605,30	Gaspar Rodrigues - Construções e obras Públicas, Lda	0,00	63 605,30
ARRUAMENTOS EM VÁRIOS LUGARES DO CONCELHO - BARREIROS	65 630,75	Custódio Pereira Areias Tender, S.A.	0,00	65 630,75

Esta pandemia que a todos tem condicionado em resultado dos seus efeitos adversos ou quando a mesma vai servindo de desculpa para quase tudo, o certo é que a execução das obras tem resvalado no seu prazo de execução. Estou em crer que não há um empreiteiro que tenha uma obra em execução, que não tenha solicitado (às vezes mais do que uma vez) a prorrogação dos prazos para entrega dos trabalhos; ora porque não há cubo, ora porque não há mão-de-obra, os preços das matérias-primas subiram, o subempreiteiro fechou, a fábrica está em layoff, o barco encalhou no canal de Suez e outras situações ...

Nenhum deles até agora disse que parava a obra por falta de pagamento por parte da Câmara, imaginem o que seria se a Câmara não fosse boa pagadora!

Temos em execução empreitadas que vão transitar para o ano 2022, condicionando desta forma o orçamento para o próximo período orçamental.

7 – Outros assuntos

Foi recentemente publicado o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses” referente ao ano de 2020, que classifica o Município de Valpaços em 31.º lugar, a nível global, entre os 188 municípios portugueses de pequena dimensão. Destaque maior, vai para a subida de 124 posições nesse ranking, de 2017 a 2020.

Destaque para o BUPi, uma plataforma inovadora fruto da cooperação entre a Administração Central e Local, respetivamente, o Ministério das Finanças (AT), o Ministério da Justiça (IRN), do Ambiente (DGT), da Agricultura (IFAP, ICNF), o Município e as Associações locais. Permitindo aos proprietários identificar as suas propriedades, remotamente, de forma simples e gratuita, on-line no site bupi.gov.pt, ou no balcão de atendimento em Valpaços, na presença de técnicos habilitados, através de coordenadas geográficas e com o objetivo de definir no mapa a sua localização exata e os seus limites, procedendo a uma Representação Gráfica Georreferenciada (RGG). Assim, os seus principais objetivos centram-se no Ordenamento do Território, na Valorização dos Recursos, na Prevenção de Incêndios e na Identificação dos Proprietários. Ficou um alerta para as freguesias de Bouçoães, Fornos do Pinhal, Padrela e Tazém, Possacos, Santa Maria de Émeres, Tinhela e Alvarelhos e Veiga do Lila, pela fraca procura do serviço. Em jeito de balanço, dizer que desde a sua abertura, no dia 6 de setembro, até ao dia 17 de dezembro, foram efetuados 1592 registos georreferenciados, sendo um dos balcões mais ativos do país.

Relativamente ao projeto do Aproveitamento hidroagrícola de Maceiras, o Senhor Presidente da Câmara, lamentou a demora na tramitação do respetivo processo. Mostrou algum receio que o referido processo possa ser preterido a favor de outros por opção política. Lembrou que o projeto do Aproveitamento hidroagrícola de Maceiras, foi considerado o melhor projeto de toda a zona norte e centro do país.

No âmbito de um projeto cofinanciado por fundos da União Europeia, a CIMAT levou a efeito a construção de 1 ponto de água de 1ª ordem na localidade de Ferreiros, tornando mais eficientes possíveis ações de combate aos incêndios rurais. A candidatura foi comparticipada a 85% (22 689€), ficando ao encargo do Município 4 004,04€.

Foram comunicadas, Serviço Municipal de Protecção Civil, desde o dia 1 de janeiro, 1655 queimas de sobrantes, sendo posteriormente encaminhadas para a GNR e Bombeiros.

Foram destruídos, no ano de 2021, 327 ninhos de vespa velutina.

Uma vez mais, o Município de Valpaços forneceu 1200 máscaras à GNR (último trimestre).

No presente anos, foram emitidas 80 licenças de construção.

Desde 1 de janeiro até ao dia 15 de dezembro, do presente ano, a Casa do Vinho, faturou 22.215,02€ com a venda de produtos em exposição. Quantia que reverteu a favor dos respetivos produtores. Destaque para o interesse das várias agências de viagens em colocar Valpaços nos seus roteiros.

Desde a reabertura da “Loja de Cidadão”, em 19 de abril, até ao dia 15 de dezembro, foram efetuados 1941 serviços nas mais variadas áreas.

O Gabinete de Promoção ao Investimento, realizou 385 atendimentos, no período de 2 de janeiro de 2021 a 15 de Dezembro de 2021.

No passado dia 3 de dezembro, foi recebida, na Câmara Municipal, uma delegação da Liga Internacional de Negócios e Exportação, onde foi estabelecido um protocolo para a participação na Feira do Folar, de vários empresários brasileiros.

Destacar a III Gala do Empreendedorismo do Alto Tâmega, realizada em Chaves, no dia 3 de dezembro, que premiou várias empresas e instituições do Concelho, destacando-se o Valpacense Ruben Raminhos como o grande vencedor do concurso de ideias.

2 - Apreciação do parecer do auditor externo sobre a situação económica e financeira no final do 1º semestre de 2021.

Atendendo ao disposto no art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, e nomeado por este órgão deliberativo, remete semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo, informação sobre a respetiva situação económica e financeira.

Considerando que a Assembleia Municipal não reuniu na sua 4ª sessão a ter lugar no mês de setembro, atendendo à realização das eleições autárquicas, vem hoje aqui a esta sessão a informação respeitante ao 1º semestre de 2021, para que os órgãos autárquicos possam estar informados por entidade externa, da situação económica e financeira da autarquia.

Em jeito de síntese, o que destacamos deste relatório são os seguintes aspetos:

- A informação económica e financeira prestada pelo Município de Valpaços reportada a 30 de junho de 2021, compreende o balanço, que evidencia um total de ativo líquido de 102.009.005 euros e um total de património líquido de 94.267.846 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.943.605 euros.
- Relata o revisor que da análise e testes efetuados aos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período em análise, constatou-se o seu cumprimento.

- Por “Contrato de cedência de infraestruturas” celebrado entre o Município de Valpaços e a “Águas do Norte, S.A.”, o Município cedeu um montante global de 1.378.247,52 euros, tendo o Município emitido fatura do referido montante, ao qual foi sujeito a IVA.

De referir que esta cedência de infraestruturas foi do ponto de vista técnico validada como proveitosa.

- A rubrica “outras contas a receber” regista o montante de 1.161.629 euros. O valor estimado do IMI do 1º semestre de 2021, que apenas irá ser recebido em 2022, no montante de 757.700 euros, o valor restante, ou seja, os 403.929 euros respeitam ao IMI de 2020 a receber no 2º semestre de 2021.

– Como tem vindo a ser sucessivamente relatado neste órgão, porém para aqueles que pela primeira vez estão investidos nestas funções, dizer que o Município de Valpaços não registou contabilisticamente no ano 2011, um conjunto de 5 faturas emitidas pela “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (atual Águas do Norte, S.A.)”, no valor total de 2.895.840,76 euros, por as considerar como um “Passivo Contingente”. Essas faturas deram origem a processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela em anos correspondentes a mandatos anteriores a 2017.

Dizer que estas faturas estão relacionadas com a imposição por parte das Águas do Norte, para que o Município pague consumos mínimos de água previstos no âmbito de um contrato de concessão assinado pelas partes. Essa água não foi consumida.

Trata-se de um processo que advém do ano 2011 e até à presente data não há um desfecho judicial que decida este diferendo que é mantido desde então.

Também informar que Valpaços não é o único município com diferendos desta natureza com as Águas do Norte, outros municípios têm idêntico conflito, que aguardam igualmente decisão judicial.

- O balanço apresenta uma variação positiva do ativo, comparativamente a dezembro de 2020, no montante de 2.388.955 euros. Passou de 99.620.050 euros para 102.009.005 euros.

- A variação positiva ocorrida no passivo foi de 387.335 euros. O passivo total de 7.353.825 euros em 31 de dezembro de 2020, passou para 7.745.160 euros em 30 de junho de 2021.

- A variação global do Património líquido foi positiva em cerca de 2 milhões de euros, comparativamente a dezembro de 2020.

- Relativamente à demonstração dos resultados por naturezas, os rendimentos totais aumentaram cerca de 1,5 milhões de euros, comparativamente a idêntico período de 2020, resultado em grande medida da cedência de infraestruturas de abastecimento de água à “Águas do Norte, S.A.”.

- Os gastos globais diminuíram cerca de 300.000 euros, comparativamente a igual período de 2020.

- Quanto à execução do orçamento, da análise aos mapas “Demonstração orçamental da receita” e “Demonstração orçamental da despesa”, deve observar-se que as taxas de execução a 30 de junho de 2021 atingiram 54,01% e 32,15% da receita e despesa anual orçamentada respetivamente. Também os compromissos assumidos no final do 1º semestre de 2021 elevaram-se a 18.308.836 euros, correspondendo a 71,21% das despesas orçadas. Ainda de referir que na elaboração do orçamento de 2021, verificou-se o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental.

É o que me cumpre informar.

4 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do mapa de pessoal para o ano 2022.

Como dispõe o artigo 25º no anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais.

A Câmara Municipal tem vindo a dotar o seu quadro de pessoal com pessoas capazes e que muito têm engrandecido o nome do Município de Valpaços. São cada vez mais funcionários com níveis de habilitação superior, o que aumenta naturalmente o grau de exigência de resposta para como os cidadãos, que são cada vez mais exigentes, e ainda bem que assim é.

No anterior mandato houve alterações ao quadro do pessoal, desde logo pelo cumprimento da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que criou o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, através do qual foram regularizadas no ano 2018, 44 situações de precariedade.

Ainda no ano 2018, foram abertos procedimentos concursais para admissão de 14 assistente operacionais, que estavam ligadas ao setor da educação.

Em 2020, foram criados 31 postos de trabalho, dos quais 29 postos devidos pela passagem de funcionários da categoria de assistente operacionais, para a categoria de assistente técnico, por se mostrarem reunidas as condições legais para se efetivar essa transição.

O mapa de pessoal aqui presente, prevê o número de trabalhadores que se supõe que sejam necessários para uma melhor funcionalidade das estruturas orgânicas e para uma eficiente realização das competências que estão adstritas à câmara municipal.

Face ao quadro de pessoal em vigor no ano 2021, este novo quadro de pessoal prevê a criação de 78 novos lugares, distribuídos pelas várias unidades orgânicas do município, atendendo às necessidades que têm vindo a ser formuladas sobretudo pelos dirigentes dessas unidades orgânicas. Sintetizando, e por categorias profissionais, os lugares a preencher:

Unidade orgânica	Categorias Profissionais				Total
	Técnico Superior	Assistente Operacional	Assistente Técnico	Espec. Inform. Grau I, Nível 2	
DAG	2	3			5
DFP	2		1		3
SAS	4	1	1		6
Proj. Afetos		1			1
DEV	1	2			3
DECD	18	11	3		32
DOM	4	9	2		15
DUA			1		1
Proteção Civil		10			10
Gab. Informática				1	1
Gab. Com. Imag. E Mult.	1				1
TOTAL	32	37	8	1	78

O provimento dos referidos lugares, e se porventura resultarem de situações em que os potenciais candidatos estejam vinculados à autarquia através de contrato de avença, equivalerá a um acréscimo à despesa na ordem dos 563 mil euros/ano.

Dizer ainda a respeito do quadro de pessoal, que no mandato anterior, via aposentação, desvincularam-se da autarquia 13 funcionários.

Atualmente, através do mecanismo da «licença sem vencimento», encontram-se 4 funcionários.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES**.

5 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a empresa intermunicipal – EHATB.

O contrato-programa a celebrar entre o Município de Valpaços e a EHATB, determina, concretiza e especifica, os objetivos da missão atribuída à EHATB, no quadro do seu objeto social e no âmbito

da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e da promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, e no âmbito deste regime jurídico, as entidades públicas participantes no capital social das empresas locais, devem celebrar contratos-programa onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas.

Os referidos contratos-programa devem igualmente especificar os subsídios à exploração que as empresas locais têm direito a receber como contrapartida das obrigações que estas venham a assumir na outorga do contrato-programa.

A EHATB é uma empresa local de natureza intermunicipal, detida a 100% pelos seis municípios do Alto Tâmega, como é sobejamente conhecido de todos os membros desta Assembleia Municipal.

A EHATB, tem por missão a execução dos projetos e ações constantes do anexo ao contrato-programa, utilizando critérios adequados de gestão, promover uma realização eficiente e eficaz, dos recursos financeiros, de forma a alcançar a perfeição e qualidade dos serviços pretendidos, respeitando os prazos e controlando os custos, convergindo desse modo, para a satisfação do interesse público. Independentemente da especificidade que possa ser atribuída a cada intervenção, deve ter por referencial a sua importante contribuição para o desenvolvimento económico e a promoção do crescimento económico do território. Por sua vez, o Município, supervisionará o cumprimento da missão atribuída à EHATB, através dos indicadores de desempenho consignados no contrato-programa.

Prevê-se que a EHATB no ano 2022, apresente resultados anuais equilibrados. A atividade de produção de energia elétrica apresenta resultados globais normalmente positivos, pelo que se prevê a dispensa da necessidade de o município atribuir à EHATB subsídios à exploração ou outras transferências financeiras ou participações públicas.

O contrato-programa vigorará entre a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2022, estando previstas ações no âmbito da divulgação de produtos do nosso concelho, concretamente a realização da feira do foliar, feira Franca, feira da vindima e do vinho, feira da castanha e a feira de Natal – Cidade encantada.

Para a realização destes certames estarão afetos 380 mil euros, sendo que para a atividade de promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, efetivando-se com a execução da empreitada «Beneficiação da EM 553 de Rio Bom a Seixedo» o montante de 80.000 euros, perfazendo assim um valor global a afetar ao contrato-programa para o ano 2022, de 460 mil euros.

Se eventualmente não for possível a execução de todos os certames, que visam a promoção dos nossos produtos e território, certamente faremos uso de eventual revisão, afetando as verbas disponíveis para a criação de infraestruturas urbanísticas, dotando o território de investimentos que no futuro trarão certamente mais valias à população.

Espero que consigamos implementar as nossas ideias, para que o concelho se desenvolva, criando as melhores condições para todos os que aqui habitam.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para aprovação da minuta do contrato programa a celebrar entre a empresa intermunicipal – EHATB e os seis municípios acionistas – Valpaços, Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar

Como já foi referido no ponto anterior desta ordem de trabalhos, a EHATB é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, regida pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a qual cumpre, por delegação dos seus acionistas, o fomento do desenvolvimento regional e local através do aproveitamento, em benefício dos respetivos territórios e populações, dos variados recursos endógenos neles existentes.

Considerando que a produção da energia elétrica com origem nos recursos renováveis, tem permitido que os resultados alcançados pela empresa tenham vindo a ser positivos, fazendo com que os municípios não tenham de dispor de verbas para a atribuição de subsídios à empresa.

Considerando que os municípios acionistas promovem objetivos transversais e comuns, visando a dinamização do desenvolvimento económico-social do Alto Tâmega, como sejam, a organização e participação em feiras, workshops, congressos, seminários ou outros certames análogos, nacionais ou internacionais, de campanhas de promoção e divulgação dos fatores de atratividade da região, dos seus serviços e produtos regionais, ou de outras ações relevantes para o desenvolvimento da região.

É pretensão dos seis municípios acionistas, a realização de um contrato-programa intermunicipal a realizar com a EHATB, afetando-se recursos da empresa no montante de 150 mil euros, visando a promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal, nomeadamente com a realização de estudos, projetos, concursos de ideias, difusão e divulgação do território do Alto

Tâmega, potenciando desta forma o território e a valorização e divulgação dos produtos e dos valores da gastronomia, dos costumes e tradições, da sedução da natureza, com as paisagens e montanhas da nossa região, proporcionando a atratividade ao território e o seu desenvolvimento. É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

7 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2022, da taxa municipal de direitos de passagem.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece na alínea m) do seu artigo 14.º, que constituem receitas dos municípios as estabelecidas por lei ou regulamento.

Por sua vez a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos. Esta Lei veio estabelecer que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento da designada «Taxa Municipal de Direitos de Passagem», devida pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas instaladas no domínio público ou privativo das autarquias locais.

Dar nota desde já, que a fixação desta taxa não vai onerar apenas os utilizadores do nosso concelho, mas o bolo nacional, quero com isto dizer, que se porventura a Câmara Municipal não fizer uso desta taxa e outros municípios o fizerem, estarão certamente os valpacenses a contribuir para que outros concelhos recebam esta taxa e Valpaços não.

A grande pretensão da fixação desta taxa, não se deve a razões orçamentais; como certamente tiveram oportunidade de analisar, o orçamento da Câmara Municipal para o período de 2022, estima receber nesta rubrica 3.032 euros. O que se pretende é criar uma situação racional, ao menos a receita que é cobrada na nossa área geográfica, que fique no nosso território.

A Câmara de Valpaços instituiu esta taxa pela primeira vez no ano 2020, à semelhança dos demais municípios do Alto Tâmega; ou seja, os clientes dessas empresas de comunicações fixas que se

encontram sediados em Valpaços, acabam por pagar (Via tarifário) a taxa que os outros concelhos implementam.

A TMDP é determinada com base na aplicação de uma percentagem sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município.

A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é aprovada anualmente por cada município e até ao fim do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0,25% que incidem sobre a faturação que a operadora faz ao cliente na área geográfica de cada concelho.

A proposta hoje aqui em discussão, visa a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, consubstanciada no percentual de 0,25% que incide sobre a faturação que as operadoras que oferecem redes e serviços de telecomunicações eletrónicas aos clientes da área geográfica do concelho de Valpaços.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

8 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da taxa de IMI e redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo.

Como certamente é do vosso conhecimento, o IMI é um imposto municipal, constituindo receita da câmara municipal e das juntas de freguesia; o IMI devido pelos prédios rústicos, é inteiramente receita das juntas de freguesia do nosso concelho.

O Município de Valpaços, ao longo destes últimos 10 anos mantém as mesmas taxas de IMI, ou seja, 0,3% para os prédios urbanos e 0,8% para os prédios rústicos. Dizer que estas percentagens, correspondem aos montantes mínimos previstos no Código do IMI.

O IMI incide sobre valor patrimonial tributário dos prédios, rústicos ou urbanos, cujo valor é determinado pela Autoridade Tributária e Aduaneira; o município apenas é ouvido na fixação dos coeficientes de localização dos imóveis, determinado pela comissão nacional de avaliação de prédios urbanos (CNAPU).

Para o ano 2021, cobrança em 2022, a taxa proposta é a mínima de 0,3% para os prédios urbanos.

A receita proveniente do IMI tem algum impacto no orçamento municipal, a sua arrecadação ronda os 1.230.000 euros.

Paralelamente à fixação da taxa de IMI, é igualmente pretensão do município proceder à redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar, como previsto no artigo 112º-A do Código do IMI, consubstanciada num desconto aos agregados familiares com dependentes a seu cargo, na razão de 20 euros, para quem tem um dependente a seu cargo, 40 euros para os agregados familiares com dois dependentes a seu cargo e 70 euros para aqueles que têm 2 ou mais dependentes a seu cargo.

Este desconto concretiza-se na nota de liquidação e cobrança do IMI, onde poderá ser aferida a redução que o município proporciona aos agregados familiares com dependentes e com habitação própria no nosso concelho.

Esta medida tem como consequência uma receita cessante na ordem dos 21.570 euros, apoiando 725 agregados familiares, que consideramos que numa altura em que os dependentes pesam no orçamento familiar, que o município possa de certa maneira ajudar, via redução da carga fiscal, as famílias, sobretudo aquelas mais numerosas.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

9 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da percentagem de IRS pretendida pelo Município de Valpaços.

Em conformidade com a Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constituem receitas dos municípios o produto da participação nos recursos públicos. Desta forma, são transferidos mensalmente para as câmaras municipais, a participação no FEF, Fundo Social Municipal e participação variável no IRS.

O artigo 26º da referida Lei, refere que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável de até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

A proposta que hoje trazemos aqui à aprovação, consiste na fixação da participação variável de IRS para o ano 2022, com cobrança em 2023, traduzindo-se na percentagem de 5%.

Alguns poderão questionar, a razão de não fixarmos uma taxa menor, ou mesmo de 0%.

De acordo com o Orçamento do Estado para o corrente ano de 2021, a verba a transferir para o município de Valpaços sob a forma de IRS, é de 276.232 euros; verba essa que consideramos de alguma materialidade para o erário municipal. Estarmos a abdicar dela, ou parte dela, terá que sortir um efeito na esfera pessoal dos contribuintes valpacense, pelo menos equivalente aquele que o município com a referida verba possa proporcionar aos habitantes do concelho de Valpaços.

Tomemos em consideração, até um estudo da «Pordata», acerca do poder de compra no ano 2019, que classificava o concelho de Valpaços com um poder de compra baixo.

Como certamente saberão, a economia de Valpaços gira em torno do setor primário, onde os salários são mais reduzidos e atrever-me-ia mesmo a dizer, que muitos até não possam ser tributados em IRS. Casa não saibam, os rendimentos agrícolas até um montante de 23.695,74 euros, estão isentos de tributação.

Assim, a questão que se colocaria em primeiro lugar, ao invés de atirar supostas taxas de redução ao IRS, é quem iria beneficiar com esta medida?

Tomamos em consideração, quatro casos concretos, de quatro casais, com dois dependentes a seu cargo, sem considerarmos nesta simulação, deduções relacionadas com despesas de saúde, despesas com a educação, PPR's, encargos com rendas de habitação, despesas gerais e familiares, restauração, cabeleireiros e demais deduções previstas no código do IRS.

Categoria	Remuneração sujeita a IRS	Imposto bruto sem deduções	Dedução à coleta (Participação variável no IRS)					
			0%	1%	2%	3%	4%	5%
Casal - Dirigente	74 067,84	17 133,60	856,68	685,34	514,01	342,67	171,34	0,00
Casal - Técnico Superior	34 046,04	3 774,26	188,71	150,97	113,23	75,49	37,74	0,00
Casal - Assistente Técnico	22 655,64	913,92	45,70	36,56	27,42	18,28	9,14	0,00
Casal - Assistente Operacional	19 740,00	472,14	23,61	18,89	14,16	9,44	4,72	0,00

Relembrar antes de mais, que a dedução pela participação variável no IRS, apenas terá aproveitamento para quem, desde logo, paga IRS, ou seja, 30% da população valpacense, nomeadamente os funcionários públicos, reformados com pensões acima do IAS (Indexante de Apoios Sociais) e os políticos, que estamos aqui alguns.

Um casal, em que marido e mulher, tenham uma remuneração equivalente a um assistente operacional, que ronda o salário mínimo, a dedução que aproveitariam, se a participação variável no IRS fosse de 4%, é de 4,72 euros no ano, não chega para um maço de tabaco.

Quanto ao município, o poder de abdicar de 1% da participação variável no IRS, implicaria uma perda de receita de 55.246,40 euros, valor que certamente fará falta para a construção de uma calceta, um depósito de água, uma ETAR ou outra qualquer necessidade das populações.

Vamos ainda mais longe, e pelo facto do IRS ser um imposto progressivo, quem tem uma incidência maior paga mais, ou seja, quem mais beneficia são aqueles de maiores rendimentos, o que não nos parece uma medida que vá ao encontro de uma justiça na distribuição dos rendimentos, ao invés, por exemplo do IMI familiar, que ajuda quem tem mais dependentes a seu cargo, e que certamente terá mais encargos com a sua saúde, com a educação, com a alimentação, com o vestuário, e todos nós sabemos os encargos que os filhos acarretam a uma casal de pais.

Continua a ser nossa convicção, que a participação variável no IRS trás mais vantagens aos valpacenses, quando a mesma é diretamente administrada pela câmara municipal, em prol da população concelhia, do que se fosse operada pela via de uma dedução à coleta nos IRS de quem mais ganha.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves**.

O Senhor Deputado, mostrou-se favorável à proposta apresentada pela câmara municipal anunciando o voto favorável da bancada do PS

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

10 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da estratégia local de habitação do concelho de Valpaços.

A Estratégia Local de Habitação de Valpaços diagnostica a realidade habitacional local e aponta respostas apropriadas e imediatas dirigidas às necessidades concretas, de acordo com as disposições próprias do Programa «1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação».

Esta estratégia foi elaborada em julho de 2021 por uma equipa externa ao Município (Perpetual – Strategic Consulting), contando, em termos metodológicos, com a colaboração dos serviços da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, entidades do setor social e outros atores relacionados com a problemática habitacional.

Foram usados vários recursos e instrumentos de recolha de informação e diagnóstico, designadamente: dados estatísticos do INE – Censos de 2011 e estimativas de 2020, dados da PORTATA, do IEF, inquéritos de caracterização residencial, entre outros.

O documento foi submetido a apreciação do HRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana tendo recebido parecer favorável.

Dizer que o Programa 1º Direito preconiza a eliminação de situações de indignidade habitacional nos territórios dos municípios portugueses, disponibilizando apoio financeiro para este fim, nos seguintes termos:

- 50% a fundo perdido;
- e até 50% com taxa de juro bonificada.

A percentagem do empréstimo não prejudica os limites da capacidade de endividamento municipal. São elegíveis para este Programa, entre outros, os municípios e os proprietários privados de habitações em situação de indignidade habitacional, desde que nelas residam.

Em traços gerais, o enquadramento da estratégia local de habitação de Valpaços, visa:

1. Incrementar a ação política do Município na promoção do acesso à habitação;
2. Promover a coesão social como prioridade irrenunciável;
3. Criar condições atrativas para um rejuvenescimento demográfico;
4. Renovar o parque habitacional;
5. Intensificar a competitividade do território e assegurar a sua coesão.

O investimento previsto ronda dos 14,9 milhões de euros, a concretizar entre 2022 e 2026, repartido em duas partes:

- 1) 10.055.800€ sob a responsabilidade do município, destinado à reabilitação de 39 habitações integradas em Bairros Sociais existentes, à construção de 48 novas habitações e à aquisição de 38 habitações em todo o território concelhio;
- 2) 4.929.750€ sob a responsabilidade de proprietários privados residentes nas suas próprias habitações consideradas em situação de indignidade habitacional, e destinado à reabilitação de 59 habitações unifamiliares e de 10 habitações privadas, integradas em Bairros Sociais

O estudo revela que o setor agrícola tem uma grande representatividade no concelho, atendendo às especificidades do território. Valpaços é responsável por 70% da produção vinícola do Alto Tâmega, e 25% da região. A maior mancha de castanha “judia” da Europa situa-se no concelho de Valpaços, sendo das produções de castanha mais relevantes do país. Valpaços é também o 6º maior produtor de amêndoa de Trás-os-Montes (7% da produção da região).

Na habitação propriamente dita, o número de edifícios no período intercensitário (2001-2011) apresenta uma taxa de crescimento de 8%, tendo especial relevância nas freguesias de Valpaços e Sanfins, Carrazedo de Montenegro e Curros e Santiago da Ribeira de Alhariz (as três com um crescimento superior a 20%). Apesar deste crescimento, verifica-se que houve freguesias onde esse crescimento não existe, sobretudo nas localizadas fora do eixo da EN213 e do eixo Carrazedo de Montenegro-Valpaços (EN206). A idade média do edificado situa-se entre os 38 e os 40 anos, à data de 2011. Segundo o INE, o período de construção mais intenso ocorreu durante o período 1971 a 1990.

A tipologia dominante do edificado caracteriza-se pela nova construção, à semelhança do Alto Tâmega, raramente excedendo os 20% dos edifícios concluídos para reabilitação. Em Valpaços concluem-se, aproximadamente, 50 edifícios por ano, entre 2008 e 2018, sendo predominante o destino para habitação familiar (69%).

Dizer ainda, e de acordo com um estudo do INE, sobre o licenciamento e conclusão de obras no ano 2020, o concelho de Valpaços está muito bem classificado, quer em termos das NUTS II e III e mesmo do território nacional como um todo. O número de obras licenciadas no concelho de Valpaços no ano 2020 foi de 65, representando 22,2% do universo dos municípios que constituem a NUTS III. Em 2020 foram concluídas 43 habitações, revelando que 27,2% das obras concluídas na NUTS III advêm do concelho de Valpaços.

O estudo diagnostica a existência de 194 famílias, num universo de 466 pessoas, a residirem em condições indignas, necessitando de uma solução urgente, em termos habitacionais, apontando para a necessidade de reabilitar e construir novas habitações, dentro dos limites orçamentais que já aqui referi.

Trata-se de uma medida que vem no âmbito do PRR – *Plano de Recuperação e Resiliência* (A chamada bazuca) que o governo pretende implantar, e que naturalmente a autarquia fará uso desses fundos promovendo a construção/reconstrução de habitações para aquelas famílias mais necessitadas.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

11 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais com vista à abertura de procedimentos concursais, designadamente a aprovação do financiamento municipal para o exercício pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, das suas competências enquanto Autoridade de Transportes.

Como certamente são conhecedores, compete à *Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega* o exercício da exploração do serviço público de transporte de passageiros no território do Alto Tâmega.

Dizer que esta temática dos transportes públicos, quer sejam concelhios, quer os inter-concelhos, quer mesmo os inter-regionais, têm causado grandes preocupações a todos os autarcas na nossa região.

Como sabem, há muitas localidades com pouca gente, e da pouca que há, poucos são aqueles que utilizam o transporte público para as suas deslocações. Só usa o transporte público, essencialmente a comunidade estudantil em período de aulas, ou um ou outro que não possui meio próprio para as suas deslocações, ou quando já não se sente capaz de conduzir.

Deste facto, resulta que as empresas de transportes queixam-se que os circuitos não são rentáveis e ameaçam abandoná-los.

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega tem vindo a lançar concursos públicos para aquisição de serviços de transporte em carreira pública, o certo é que os procedimentos têm ficado desertos. As empresas de transporte na nossa região também são poucas e cuidam ter o monopólio do setor, pedindo preços que consideramos inaceitáveis para o erário público.

Mais uma vez irá ser lançado novo procedimento de contratação pública para o Alto Tâmega, tocando a cada município participar com a despesa desse serviço, repartido entre todos com base no critério veículo quilómetro e população. Foi um critério discutido, alterado e por fim unanimemente aceites pelos seis concelhos da CIM do Alto Tâmega.

Com base nesse critério, a expectativa é que o Município de Valpaços venha a participar financeiramente o montante estimado para por em prática o serviço de transporte público no nosso concelho e região do Alto Tâmega.

O financiamento necessário das despesas da *Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega* para o exercício das suas *competências próprias*, relativas às linhas municipais com uma percentagem de 49%, correspondendo a um encargo anual global de 434.085 euros, sendo imputado ao município de Valpaços o pagamento de 10,92%; e o financiamento das linhas *intermunicipais* e *inter-regionais*, cujo peso no valor global é de 51%, em que o Município de Valpaços pagará cerca de 10,92%.

Como os encargos estimados vão para além do exercício orçamental de 2022, torna-se necessário que esta assembleia autorize a assunção de compromissos plurianuais.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

12 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da minuta de aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega.

Na sequência do ponto anterior desta agenda de trabalhos, todos saberão que o Município de Valpaços integra a *Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega* e que delegou nesta as suas competências enquanto autoridade de transportes do serviço público de passageiros municipal.

As partes envolvidas na execução do contrato aqui hoje a aprovação, comprometem-se a promover a coesão territorial, social e económica, o reforço da solidariedade intermunicipal bem como a melhoria da qualidade dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados à população. No entanto, comprometem-se também as partes, a assegurar que a execução do contrato não implique o aumento da despesa pública global.

As competências próprias, mas também as delegadas, da *Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega*, serão exercidas através da celebração de um contrato de serviço público com recurso a concurso público internacional para exploração de uma rede de transporte público de passageiros que compreende linhas inter-regionais, linhas intermunicipais e linhas municipais. É expeável que o Contrato de Serviço Público tenha uma duração de 7 anos (2022 até 2029), sendo que a concretização das condições aplicáveis ao mesmo, no momento já numa fase avançada, permite antever o tipo e o montante de obrigações pecuniárias, como disso dei conta no ponto anterior.

A aprovação da minuta de aditamento aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, acaba no fundo por ser um acordo de financiamento relativo às competências delegadas pelo Município de Valpaços na *Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega*, sendo ao município imputada a percentagem para pagamento com base no critério unanimemente aceite pelos municípios do Alto Tâmega, ou seja, veículo quilómetro e população.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

13 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da atribuição de despesas de representação à coordenadora municipal de proteção civil».

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, concretamente no n.º 1 do seu art.º 14º-A, prevê que em cada município haja um Coordenador municipal de proteção civil.

O Coordenador municipal de proteção civil atua exclusivamente no âmbito territorial do respetivo município e depende hierárquica e funcionalmente do presidente da Câmara Municipal, a quem compete a sua nomeação, em regime de comissão de serviço e pelo período de três anos.

Ao Coordenador municipal de proteção civil podem ser oneradas despesas de representação.

Em termos de remuneração, a competência para fixar o estatuto remuneratório do Coordenador municipal de proteção civil cabe à câmara municipal, tendo esta, em sua sessão ordinária realizada no passado dia 20 de outubro, determinado que a remuneração do Coordenador municipal de proteção civil seja equivalente à remuneração de um cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de divisão.

Por razões de igualdade de tratamento, e atendendo a que quem desempenha funções de dirigente nesta Câmara municipal, sejam eles os diretores de departamento ou chefes de divisão, auferem despesas de representação, propõe-se que as despesas de representação sejam igualmente pagas ao Coordenador municipal de proteção civil, de montante equivalente às devidas a um chefe de divisão.

Atendendo a que a atribuição de despesas de representação carece sempre de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, vem hoje aqui esta proposta, que se consubstancia na atribuição de despesas de representação ao Coordenador municipal de proteção civil.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**

15 - Eleição de dois representantes das freguesias do Concelho de Valpaços, para integrar a comissão municipal de gestão integrada dos fogos rurais.

Foi entregue, à mesa da Assembleia, uma lista da bancada do Partido Social Democrata, constituída pelo Presidente da Junta de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa e pela Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhora Dr. Sónia Crisálida Alvarelhos Barreira.

Terminado o sufrágio, por voto secreto em urna fechada, a lista foi **APROVADA COM 34 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS NULOS E 3 VOTOS BRANCOS.**

16 - Eleição de um representante das juntas de freguesia, para integrar a comissão municipal de proteção civil.

Foi entregue, à mesa da Assembleia, uma lista da bancada do Partido Social Democrata, constituída pelo Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, Senhor António Manuel Castanheira Lopes.

Terminado o sufrágio, por voto secreto em urna fechada, a lista foi **APROVADA COM 32 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS NULOS E 3 VOTOS BRANCOS.**

17 - Eleição de quatro representantes, para integrar a comissão de proteção de crianças e jovens em risco, de Valpaços.

Por lapso, este ponto não foi incluído na convocatória para a presente sessão. Dada a necessidade de proceder à referida eleição, foi proposta, pelo Senhor Presidente da Assembleia e inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, sem que fosse apresentada qualquer objeção.

Neste âmbito, foi entregue, à mesa da Assembleia, uma lista da bancada do Partido Social Democrata, constituída pela Senhora Enfermeira Dora José Terrão Barros, Senhora Professora Rosa Maria nascimento Fernandes, Senhora D. Rosa Inês Correia da Andrade e pelo Senhor Dr. Fernando Teixeira Fernandes.

Terminado o sufrágio, por voto secreto em urna fechada, a lista foi **APROVADA COM 32 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS NULOS E 5 VOTOS BRANCO.**

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, no espaço destinado ao público, concedeu a palavra ao Presidente da Direção do Bombeiros Voluntários de Valpaços, Senhor Amílcar Guedes Mesquita, para uma intervenção.

Intervenção do Senhor Amílcar Guedes Mesquita.

O Senhor Amílcar Guedes Mesquita, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, elencou as dificuldades financeiras e operacionais com que os bombeiros se debatem diariamente. Esclareceu que a corporação recebe, apenas, um subsídio mensal fixo do Município de Valpaços de cerca de 4.200,00€, e outro da ANPC, sensivelmente do mesmo montante. Assim, e porque se tem manifestado necessário, o senhor Amílcar Mesquita, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, o parecer favorável para a criação de mais uma EIP (equipa de intervenção permanente).

Lamentou, ainda, os constantes incumprimentos da ANPC (autoridade nacional de proteção civil), realçando que o Município de Valpaços é a única entidade que cumpre integralmente com o protocolado.

Esclareceu, ainda, que os Bombeiros asseguram a transporte de doentes não urgente ao preço protocolado em 2009, sem qualquer atualização nos últimos doze anos: 0,51€/km. Mais, informou que o centro hospitalar de Vila Real incorre em constantes atrasos nos pagamentos dos referidos transportes.

O senhor Amílcar Mesquita, informou que em 2017, foi protocolado com o INEM, o serviço de transporte de doentes urgentes. A título de exemplo, esclareceu por cada transporte ao hospital de Chaves os Bombeiros de Valpaços recebiam 27,00€, quantia manifestamente insuficiente. Recentemente foi revogado esse protocolo e substituído por um outro que, contas feitas, acarreta um prejuízo mensal de quatro a cinco mil euros. Assim, considera, que os Bombeiros de Valpaços podem não ter condições para assegurar esse serviço.

Lembrou, que a instituição que representa nunca negou auxílio a nenhuma freguesia, ao contrário, lamentou que só a junta de Valpaços e a junta de Vilarandelo sejam associadas dos Bombeiros. Mais, referiu que apenas as freguesias de Ervões, Argeriz, Rio Torto, S. Pedro de Veiga do Lila, Sonim e Barreiros e Valpaços, atribuíram subsídios ao Bombeiros.

Terminou, desejando um Feliz Natal e um Bom Ano.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Dr. Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida**.

O Senhor Presidente da Câmara comunga das preocupações do Senhor Presidente da Direção, reconhecendo-lhe a competência e credibilidade que tem permitido consolidar a boa imagem dos Bombeiros.

Assim, como solicitado, garantiu o total apoio e empenho na criação de uma segunda EIP. Garantiu, também, a comparticipação na compra de uma nova viatura de desencarceramento para a Corporação.

Considerou vergonhosas as atuações da ANPC, do INEM e do Hospital de Vila Real com constantes atrasos nos pagamentos das suas dívidas aos Bombeiros.

Mostrou-se pronto a ajudar, na medida do possível, para que o serviço do INEM continue ativo no Concelho de Valpaços.

Incentivou os senhores presidentes de junta a associarem as suas freguesias à instituição, por uma questão de solidariedade e de interesse público.

Deixou um cumprimento muito especial ao senhor Amílcar Mesquita e a todos os bombeiros que muito têm feito pela população do Concelho.

Por último, desejou, a todos, um Feliz e Santo Natal com a expectativa que o próximo ano seja de alguma normalidade.

Antes de encerrar a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia, desejou, a todos, um Feliz Natal e um bom ano de 2022.

Sendo vinte horas e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queiroz Simões